

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Múltiplas Camadas das Relações Internacionais entre a Diplomacia e a Paradiplomacia

*Elói Martins Senhoras**

Resumo

O presente artigo apresenta a temática da internacionalização de um país a partir da identificação de múltiplas camadas de desenvolvimento das relações internacionais que se processam por meio de ações diplomáticas e paradiplomáticas. O texto leva em consideração a caracterização de uma multiplicidade de ações descentralizadas e paralelas à agenda política das chancelarias em comparação à própria consolidação de novos perfis de diplomacia. Por meio desta discussão, subsídios são fornecidos para uma apreensão sobre as ações diplomáticas e paradiplomáticas, tomando como referência a repercussão na política externa *lato sensu*.

Palavras-chave: Diplomacia, Paradiplomacia, Relações Internacionais.

Abstract

This article presents the internationalization of a country taking for granted the identification of multiple layers of development of international relations processed through diplomatic and paradiplomatic actions. This piece of writing considers the characterization of a multiplicity of decentralized and parallel actions in comparison to the political agenda of the foreign ministries that also have been embodied by the consolidation of new profiles of diplomacy. Throughout this discussion subsidies are provided in order to have an apprehension about the diplomatic and paradiplomatic actions with reference to the impact on the foreign policy *lato sensu*.

Keywords: Diplomacy, International Relations, Paradiplomacy.

* Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Especialista, mestre e doutor pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). *Visiting scholar* na University of Texas at Austin (UT), na Universidad de Buenos Aires (UBA), na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso, Mexico), na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e na National Defense University (NDU). *Visiting researcher* na University of British Columbia (UBC), na University of California, Los Angeles (UCLA) e na Escola de Administração Fazendária (ESAF). Professor visitante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). E-mail para contato: eloienhora@gmail.com. Outros trabalhos do autor podem ser encontrados em <http://works.bepress.com/eloi>.

Recebido em 01/03/2013. Aprovado para publicação em 29/03/2013.

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Introdução

O mundo presencia a movimentação de múltiplas camadas tectônicas de projeção de vetores diplomáticos e paradiplomáticos que têm se cristalizado na dinâmica das relações internacionais, ora, por meio de movimentos de fricção, ora por vias suaves de convergência, conferindo rugosidades às políticas externas dos países devido ao grau de porosidade das fronteiras.

Na estratificação das rugosidades estão presentes projeções internacionais que estão alavancadas pelo cruzamento, tanto, de verticalidades de poder, originadas pelas chancelarias e seus respectivos corpos diplomáticos, quanto de horizontalidades de poder, caracterizadas pelo surgimento paralelo e concorrente de uma série de ações específicas e setorializadas de atores ou rede de atores.

Diferentemente das atividades diplomáticas que se caracterizam por rotinas próprias de uma ampla política pública de natureza externa dinamizada formalmente por um corpo diplomático e informalmente pela crescente participação de chefes de Estado, as atividades paradiplomáticas são específicas e oportunistas, ligadas, normalmente, aos interesses de determinados *stakeholders* da sociedade civil e do setor privado.

Enquanto a diplomacia trata-se de uma prática rotineira consolidada por corpos funcionais específicos na evolução histórica das relações exteriores de diferentes sistemas socio-políticos, a paradiplomacia sempre esteve presente como fenômeno difuso de internacionalização, embora, apenas recentemente tenha surgido como conceito ontológico, movido por uma diversidade de visões que a projetam seja pela perspectiva neutral do termo, *microdiplomacia organizacional*, ou, pela visão estadocentrista de atividades internacionais paralelas aos Estados Centrais, naturalizadas no termo paradiplomacia.

Com base nestas discussões, o presente artigo está estruturado em três seções, incluídas, a presente introdução e últimas considerações, as quais discutem as múltiplas camadas de compreensão das relações internacionais, por meio da identificação de um tabuleiro multinível, acionado pelo jogo de projeção de interesses de atores diplomáticos e paradiplomáticos.

Na primeira seção, intitulada “Múltiplas camadas das relações internacionais”, o texto mostra que as relações internacionais passam crescentemente a sofrer uma compressão espaço-

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

temporal que têm permitido uma ampla profusão de atores e instituições com dinamismo internacional para representar seus interesses além das fronteiras dos Estados Nacionais, o que corrobora para uma visualização de múltiplos níveis de poder no sistema internacional.

Na segunda seção, “As camadas da diplomacia nas relações internacionais”, o artigo discute a visão ampliada da diplomacia na conformação da política externa de um país a fim de demonstrar no caso brasileiro as disfuncionalidades qualitativas e quantitativas do corpo diplomático e a crescente perda de autonomia da agenda do Ministério de Relações Exteriores frente à crescente diplomacia presidencial e de cúpulas e da difusão de atores paradiplomáticos.

Na terceira seção, intitulada, “As camadas da paradiplomacia nas relações internacionais”, são discutidas as interações com mutável distribuição de poder entre os atores que se projetam além das fronteiras nacionais, adotando diferentes estratégias que variam conforme assunto, interesses e capacidade de se operar em um ambiente político multinível.

Por fim, últimas considerações são tecidas à guisa de conclusão do artigo, de maneira a retomar alguns pontos de destaque ao longo da discussão sobre as múltiplas camadas existentes nas relações internacionais quando acionadas, tanto, por verticalidades de natureza diplomática, quanto, por horizontalidades concorrentes de âmbito paradiplomático.

Múltiplas camadas das relações internacionais

A aceleração do tempo histórico e as abrangentes e profundas transformações verificadas no sistema capitalista em escala mundial acarretam no aumento da complexidade espacial devido às novas interdependências entre atores e territórios que redefinem os fluxos e as próprias redes de poder entre atores diplomáticos e paradiplomáticos.

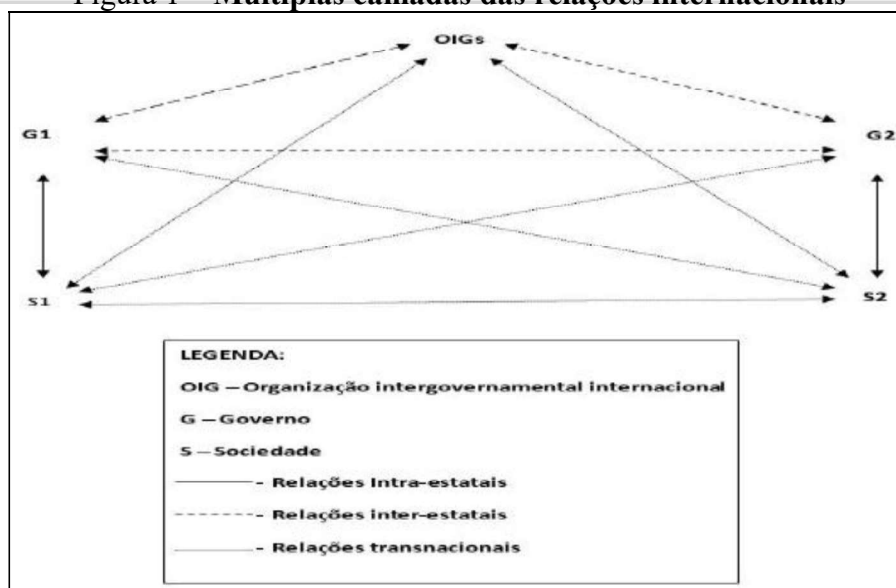
Neste momento histórico do sistema internacional, a nova espacialidade do poder pode ser apreendida, não somente por meio de uma geometrização do espaço mundial entre Estados hierarquizados em suas relações econômicas e políticas, mas também por meio de uma ótica microcentrada no poder difuso de atores que reticularmente se articulam segundo formatos lineares e transversais entre si e com outros atores econômicos e políticos.

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

A dinâmica que impulsionou o sistema capitalista internacional perpassou por ciclos hegemônicos de poder nas relações internacionais que foram sendo permeados duplamente por processos centrípetos de macrocentralização de poder diplomático em Estados Nacionais e mais recentemente em Regiões Transnacionais como a União Européia, bem como por processos microcentrífgos de descentralização paradiplomática do poder em redes difusas de atores subnacional e de empresas.

A atuação internacionalizante de atores subnacionais, embora tenha sido uma força profunda no contexto natural de globalização das economias de mercado, passa a evidenciar maior celeridade e volume a partir do último quartil do século XX, quando o aumento das porosidades fronteiriças passou a relativizar da soberania dos Estados Nacionais devido à difusão de organismos multilaterais, blocos regionais e ao surgimento de poderes concorrentes descentralizados intra-nacionalmente na conformação da política externa *lato sensu* de um país. Não por acaso, a soberania estatal como princípio regulador do sistema internacional, ao delimitar a lógica intra-nacional e inter-nacional, tem crescentemente sido relativizada pela proliferação de atores com ação internacional paralela em um período de crescente interdependência entre as escalas e os atores, o que torna as fronteiras cada vez mais porosas e fluidas.

Figura 1 – Múltiplas camadas das relações internacionais



Fonte: Gomes Filho (2011).

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Tradicional e legalmente fundamentada pelo monopólio da política externa *stricto sensu*, a soberania absoluta do Estado nas relações internacionais, por meio da ação primária de seus corpos diplomáticos das chancelarias e dos ministérios de relações exteriores, bem como da ação secundária das forças armadas, tem crescentemente se transformado em uma soberania relativa, na qual há uma pluralidade de atores subnacionais que passam a co-definir resultados na política externa *lato sensu*, por meio de uma ação paralela, conhecida como paradiplomacia. A tradicional condução diplomática das relações exteriores de um país, que passava pelas mãos de um ator central do Estado - Chancelaria ou Ministério de Relações Exteriores – foi, ao longo do tempo, sendo palco de concorrência e influência de uma pluralidade de outros atores que surgiram impactando no resultado final das políticas internacionalistas por meio de ações paralelas.

Resultado de ações diplomáticas e paradiplomáticas, a política externa passa a ser entendida como um processo ampliado e sistêmico tensionado, permeado simultaneamente por convergências e divergências entre as partes interessadas, por fluxos de poder horizontalizados e verticalizados que corroboram para a construção de fenômeno complexo repleto de vetores de cooperação e conflito que é identificado pela abertura da agenda internacional dos países no termo de *diplomacia de múltiplas camadas*.

O fenômeno da *diplomacia de múltiplas camadas* tem sido identificado pela crescente difusão das relações internacionais segundo um padrão de cristalização participativa de atores centrais, por meio de um corpo diplomático comandados pelas chancelarias e por uma diplomacia presidencial, bem como, de um número elevado de atores descentralizados, por meio da ação paradiplomática de estados subnacionais, empresas e comunidades epistêmicas (HOCKING, 2004).

Antes de representar uma visão linear e fechada sobre a elaboração e execução da política externa, a diplomacia perde sua conceituação de política autônoma, identificada como uma caixa-preta, ao passar por uma dinâmica de estruturação em múltiplas camadas, uma vez que as chancelarias passam a dialogar com uma série de tensões originadas dentro da própria máquina estatal central e subnacional – poderes executivo, legislativo e judiciário – e fora da mesma, com a difusão de atores com interesses específicos.

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

As camadas da diplomacia nas relações internacionais

O termo *diplomacia* está relacionado à gestão de relações internacionais entre atores que centralizam poder na política internacional, uma vez que diz respeito à condução das relações exteriores *lato sensu* de determinados Estados Nacionais ou Organismos Internacionais por meio da atuação de um corpo de diplomatas, profissionalizados ou não em carreiras.

Conforme Duroselle (2000), a própria compreensão da história das relações internacionais está relacionada à compreensão da história diplomática, pois a ação de diplomatas, representando os interesses de determinados governos centrais, tem uma natureza estrutural de longa duração que remonta aos ciclos hegemônicos existentes desde a antiguidade até o período atual.

Desde os marcos institucionais de definição dos Estados Nacionais a partir de Westphalia (1648), a história das relações internacionais tornou-se claramente vinculada ao surgimento do instituto da política externa dos países por meio da estruturação de ações diplomáticas engendradas por uma especialização organizacional no Estado, as Chancelarias e Ministérios de Relações Internacionais.

A compreensão sobre o fenômeno hodierno da diplomacia desvela a sua complexidade categórica diante da crescente participação discursiva de presidentes e primeiros ministros frente ao tradicional uso de um corpo diplomático, motivo pelo qual é possível compreender pelo menos três formatos de diplomacia engendrados por parte dos governos centrais.

Na *diplomacia tradicional*, o tamanho e qualidade do corpo diplomático são fatores relevantes que não podem ser negligenciados quando se analisa a política externa de qualquer país já que o número e a profissionalização dos oficiais em serviço no exterior são fatores basilares para a formação de missões e a implementação de políticas específicas frente aos parceiros preferenciais e temas de interesse no globo.

Em países emergentes como o Brasil, à medida que se busca projetar mais influência no cenário internacional, apreende-se que há um número reduzido de diplomatas que impõe severas limitações à capacidade de operacionalizar novas políticas, principalmente, quando se observa a assimetria funcional de alocação do corpo diplomático, que persiste concentrada em determinados países centrais em comparação à baixíssima densidade naqueles países que se

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

tornaram, ao longo do tempo, nos principais parceiros estratégicos do país nos âmbitos, regional, da América do Sul, e, plurilateral, do grupo de países identificados pelo anacrônico BRICS.

A fim de se quebrar uma visão romântica da diplomacia brasileira, que amplamente concentra seus funcionários na Europa e tem implementado uma política de pulverização com a abertura recorde de representações consulares na África e Ásia, há que se levar em consideração não apenas o *gap funcional qualitativo* na alocação do corpo diplomático brasileiro para localidades materialmente consideradas estratégicas para o país *de facto*, mas também o *gap funcional quantitativo*.

As deficiências para a projeção internacional do país certamente não está relacionada à qualidade do corpo diplomático, o qual é profissionalizado e de carreira, mas ao tamanho do mesmo, pois o Brasil conta com um número de profissionais muito pequeno em relação a países europeus ou a própria China, já que equivale a apenas 10% do número total estadunidense, em um contexto que houve um amplo esforço duplicação entre 2000 e 2010 (BATISTA e VALENTE, 2012).

Na *diplomacia presidencial* ou *parlamentar*, a condução pessoal de assuntos de política externa por um presidente, primeiro ministro, ou, papa, representa uma atribuição *ex-officio* que se manifesta de maneira proeminente e complementar à diplomacia tradicional por parte chefe de Estado e/ou chefe de governo (DANESE, 1999; PRETO, 2006).

Conforme Amorim Neto (2011), os últimos cinquenta anos registraram uma crescente tendência de perda de autonomia do Itamaraty na formulação e execução da política externa que pode ser identificada em três momentos subseqüentes de aumento de porosidades da chancelaria aos interesses oriundos principalmente do poder executivo.

No regime democrático entre 1946 a 1964 houve uma extensa delegação de poder ao Itamaraty, em especial no período da Política Externa Independente (1961-1964), quando contava com um corpo influente de embaixadores, em oposição à passiva influência dos poderes legislativo e judiciário, bem como, ao papel puramente protocolar dos presidentes em algumas poucas viagens internacionais.

No regime militar entre 1964 e 1985, o Ministério de Relações Exteriores passou por um período de redução de autonomia decisória diante da agenda das Forças Armadas,

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

especialmente no governo Geisel, por mais que os chanceleres tivessem uma origem de carreira e o próprio corpo diplomático passasse por uma nítida profissionalização.

No regime democrático instalado em 1985 e que vem até os dias atuais, registra-se que nem todos os chanceleres foram homens de carreira, além de haver uma precária participação dos poderes legislativo e judiciário nos assuntos de política externa, embora, tenha acontecido uma crescente participação do poder executivo, com uma exponencial difusão de um padrão de diplomacia presidencial com o governo de Fernando Henrique Cardoso, claramente acentuado com o governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva.

Na *diplomacia cupular*, a presença combinada, tanto, da diplomacia presidencial/parlamentar, quanto, da diplomacia tradicional em cúpulas ou fóruns de negociação entre países demonstra como a visibilidade dos líderes políticos se coaduna com o anonimato diplomático das chancelarias a fim de projetar com eficiência determinados interesses nacionais.

Conforme Vecchio e Mathias (2005), a denominada diplomacia de cúpula trata-se de uma tendência crescente desde os anos 1980 como mecanismo de concertação entre as nações, por vir ao encontro da necessidade de se reformular os organismos internacionais multilaterais, regionais ou plurilaterais já existentes ou de lançar esperança nestes organismos.

Permeadas pela presença da diplomacia tradicional, com chanceleres e corpos diplomáticos, e, da diplomacia presidencial/parlamentar, as cúpulas se tornaram em espaços flexíveis para avanço a *la carte* dos interesses dentro de um cronograma temporal que permite fortalecer a confiança das partes na tomada das decisões rumo a um ambiente cada vez mais regional e plurilateral.

Conforme Jarque *et al.* (2009), a diplomacia das cúpulas trata-se de uma arquitetura flexível da nova institucionalidade do sistema internacional, ao permitir interações mais informais e pontuais, o que tem possibilitado o avanço de agendas *ad hoc* por meio do voluntarismo da liderança diplomática de Chefes de Estado em um primeiro plano em contraposição a uma participação mais em segundo plano dos corpos diplomáticos.

No caso do Brasil, observa-se a clara adesão do país e com forte aderência da liderança diplomática presidencial a cúpulas regionalizadas, como na Cúpula das Américas para negociação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), inter-regionais, como as Cúpulas Mercosul-União Européia, ou, ainda cúpulas plurilaterais em fóruns como G20 (vinte países

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

mais ricos no mundo); IBSA (Índia, Brasil e África do Sul); e, BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

As camadas da paradiplomacia nas relações internacionais

A *paradiplomacia* é reconhecida pelo *surgimento* de ações de projeção internacional por parte de atores descentralizados, as quais concorrem paralelamente aos interesses da diplomacia, tanto, em relação aos objetivos, quanto aos efeitos, motivo pelo qual sua existência representa a quebra do monopólio das relações exteriores por parte do Estado Nacional.

O desenvolvimento da *paradiplomacia* está claramente relacionado ao voluntarismo de determinados atores em um contexto de abertura do Estado Central e de existência de variáveis como escala e/ou competência dos atores descentralizados intra e internacionalmente, os quais se caracterizam pela conformação de recursos ou conhecimentos, habilidade e atitudes mínimas à internacionalização.

A ação paradiplomática de atores não centrais na definição da política externa *lato sensu* tem operado com um representativo grau de sucesso nas relações internacionais, em especial, quando se leva em consideração a expansão numérica da internacionalização de Empresas, Igrejas, Organismos Não Governamentais (ONGs) e Organismos Governamentais (OGs), como ministérios, secretarias e governos subnacionais (prefeituras, intendências, alcadias, estados, províncias e departamentos).

As novas formas de ação internacional de novos atores devem analisadas com cautela em relação ao impacto sobre a política externa *lato sensu*, sempre levando em consideração o seu potencial positivo e negativo, enquanto *paradiplomacia*, ou a intenção separatista, enquanto *protodiplomacia* (Prado, 2007).

A despeito de qualquer conceito sobre o fenômeno paradiplomático *a priori*, observa-se que existe uma convergência estrutural de arquitetura que permite estudá-lo segundo seus objetivos de adensar o poder que está descentralizado no espaço público ou privado por meio de um esforço que se sedimenta e se cristaliza ao longo de determinadas trajetórias históricas em estruturas maior de poder, pressão e relacionamento nas relações internacionais.

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

www.revistaintellector.cenegri.org.br

Toda ação paradiplomática ao buscar acompanhar e responder de maneira articulada, flexível, rápida e eficiente às questões advindas de um mundo em constante transformação adquire significância enquanto fenômeno de repercussão nas relações internacionais, pois quebra o monopólio das relações inter-estatais do clássico sistema westphaliano de poder¹.

Quadro 1 - Formatos de paradiplomacia

<i>Paradiplomacia Subnacional</i>	O termo paradiplomacia subnacional representa um marco conceitual importante para compreender toda ação paralela ao Estado em âmbito internacional que tenha origem em iniciativas engendradas por governos locais e regionais, como cidades, intendências, Estados, Províncias e Departamentos através do estabelecimento de contatos permanentes ou não com atores correspondentes em outros países ou com entidades públicas ou privadas estrangeiras.
<i>Paradiplomacia Empresarial</i>	A paradiplomacia corporativa refere-se à atuação internacional de empresas revestida por um conjunto de orientações, princípios e práticas estratégicas. Como até a década de 1950, a ação de empresas transnacionais estava fortemente associada à diplomacia estatal, foi somente a partir das décadas de 1960 e 1970 que surge a paradiplomacia corporativa, quando as empresas transnacionais passaram a se apresentar com maior autonomia no sistema internacional.
<i>Paradiplomacia eclesiástica</i>	A paradiplomacia eclesiástica está relacionada à expansão internacional da religião com base em dois formatos reticulares, respectivamente, de internacionalização primária, com a mobilidade de missionários para outros países, e, de internacionalização secundária, com o estabelecimento organizacional de Igrejas e templos, bem como a difusão de novas redes eclesiásticas dos próprios pontos do exterior rumo a outros países.
<i>Paradiplomacia Epistêmica</i>	As ações internacionalistas de movimentos sócio-político-ambientais, de organizações sindicais, de ensino e de pesquisa ou de organizações não governamentais são exemplos de paradiplomacia epistêmica que surgem de baixo para cima na sociedade e se estruturam transescalarmente por meio de redes. As ações epistêmicas se processam de maneira paralela e independente das atividades desenvolvidas pelos Ministérios de Relações Exteriores, tendo muitas vezes uma escala multilateral de abrangência.
<i>Paradiplomacia Ministerial</i>	Em algumas conjunturas específicas na história de muitos países observa-se que alguns ministérios influenciaram ou ainda persistem influenciando na definição da política exterior, desde os casos dos ministérios de comércio e indústria até os ministérios militares, ao rivalizarem com os Ministérios de Relações Exteriores e ao desenvolverem suas próprias linhas de ação exterior de natureza paradiplomática, abrindo um espaço oportunista a um processo de ruptura da unidade de ação exterior do Estado.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Santos (2013); Steger (2003); Vigevani *et al.* (2004).

¹ A emergência do princípio da territorialidade moderno originado com o Tratado de Westphalia (1648) tem sido basilar nos estudos políticos e geográficos, pois representou um marco de mudança na configuração do espaço na transição do feudalismo para o capitalismo, ao delimitar na esfera da soberania do Estado territorial a contenção entre o espaço subnacional e o espaço internacional (Senhoras, 2009).

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Como as novas realidades trazidas pela globalização estimulam novos modelos territoriais flexíveis e maleáveis, as escalas geográficas tornaram-se mais complexas ao serem nós de cadeias transterritoriais de relações e transações nacionais e internacionais. Os processos regionais e multilaterais de caráter internacional e as reformas nacionais de caráter neoliberal podem ser interpretados neste contexto como responsáveis pela proliferação de *estratégias de ação internacional* por uma série de atores descentralizados.

Neste contexto de interação de novos atores no sistema internacional em que o Estado-Nação perde exclusividade, a despeito de manter sua importância central, observa-se a valorização de novas escalas geográficas supra-nacionais e subnacionais como campos de poder nas relações internacionais em que atores descentralizados têm uma crescente participação paradiplomática com repercussão positiva ou negativa na política externa *lato sensu*.

Ao atuarem sob a interdependência dos Estados Nacionais, porém de maneira concorrente nas porosidades fronteiriças, cidades e Estados brasileiros, bem como empresas, movimentos epistêmicos socio-político-ambientais e redes eclesiais têm ampliado significativamente seus campos de poder não somente na América do Sul, mas em outras partes do mundo por meio da internacionalização de ações paradiplomáticas.

Últimas considerações à guisa de conclusão

Existe um claro descompasso entre o ritmo acelerado de mudanças e transformações no mundo empírico das relações internacionais *vis-à-vis* a uma lenta evolução teórico-metodológica para compreensão fenomenológica, motivo pelo qual o presente artigo procurou sistematizar quais são os principais vetores diplomáticos e paradiplomáticos que incidem relacionalmente na dinâmica internacional.

O texto apresentou uma visão panorâmica sobre a atual complexidade das relações internacionais, ao tomar como recorte de abstração teórica da realidade a compreensão de que existem múltiplas camadas concorrentes engendradas por ações diplomáticas e paradiplomáticas, as quais repercutem na construção de uma relacional política externa *lato sensu* em conformidade aos interesses de diferentes *stakeholders*.

Nesta contextualização, o mapeamento de diferentes formatos de diplomacia e paradiplomacia traz consigo um esforço analítico para a compreensão da complexidade existente nas relações internacionais, haja vista que a identificação destas distintas categorias permite a visualização

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

de uma complexa rede de interações que se estratifica por camadas, não necessariamente convergentes no sistema internacional.

Em função das especificidades temáticas de internacionalização e dos atores envolvidos, as ações paradiplomática criam potencialmente efeitos positivos ou negativos em relação à política externa do Estado Nacional, motivo pelo qual podem ser interpretadas por distintas óticas, que valorizam o declínio do poder estatal com o aumento das porosidades fronteiriças, o papel pró-ativo de atores subnacionais, ou, ainda, o papel das mudanças estruturais do sistema internacional.

Trazidos estes marcos teóricos absorventes, as porosidades da realidade internacional brasileira foram trazidas à tona da discussão a título exemplificativo com o objetivo de amparar subsídios empíricos sobre a evolução qualitativa e quantitativa da diplomacia, bem como, permitir uma visualização do fenômeno da paradiplomacia em clara metástase, com a profusão de uma série de atores com projeção internacional.

Discute-se que as múltiplas camadas das relações internacionais entre a diplomacia e a paradiplomacia refletem uma caracterização das relações internacionais que é claramente permeada por um padrão global de interdependência complexa, no qual há uma multiplicidade de atores e de canais de interação, uma ampla agenda de temas desprovida de rígida hierarquia, e, uma crescente importância dos fatores intermésticos ou propriamente de natureza reticular mista.

Para a identificação dos pontos de convergência e divergência entre os distintos padrões de projeção internacional das ações diplomáticas e paradiplomáticas, faz-se necessário levar em consideração a extensão, intensidade, velocidade, impactos, infra-estruturas, institucionalização, estratificação e modo de interação entre estes fenômenos a fim de possibilitar uma análise da política externa *lato sensu* que subsidie a formulação de novas políticas externas *stricto sensu* por parte das chancelarias.

Em um mundo post-westphaliano, o papel da diplomacia na formulação e execução da agenda da política externa *stricto sensu* torna-se apenas um *input* relacional, embora predominante, dentro de um jogo multinível em que vários atores paralelos projetam suas ações no sistema internacional, o que conduz a uma compreensão de *política externa lato sensu*, permeada por custos e ganhos trazidos por vetores diplomáticos e paradiplomáticos.

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Com base nestas discussões, conclui-se que sensibilidades e vulnerabilidades surgem naturalmente do jogo relacional de vetores diplomáticos e paradiplomáticos, motivo pelo qual se faz necessário um crescente debate sobre a construção de canais de diálogo por parte das chancelarias a fim de permitir dirimir conflitos e afinar interesses comuns da agenda externa do Estado Nacional e de uma série de *stakeholders* subnacionais e transnacionais.

Referências bibliográficas

- AMORIM NETO, O. **De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2011.
- BATISTA, H. G.; VALENTE, G. “Na diplomacia, um empate entre Brasil e Alemanha”. **Jornal O Globo**, 17 de Dezembro. Rio de Janeiro: Globo, 2012. Disponível em: <www.oglobo.globo.com>. Acesso em 07/04/2013.
- DANESE, S. F. **Diplomacia Presidencial**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- DEL VECCHIO, T. L.; MATHIAS, S. K. “O papel da diplomacia de cúpula na reformulação do multilateralismo”. **Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC**. Fortaleza: SBPC, 2005.
- DUROSELLE, J. B. **Todo império perecerá. Teoria das relações internacionais**. Brasília: Editora da UNB, 2000.
- GOMES FILHO, F. **A paradiplomacia subnacional no Brasil: Uma análise da política de atuação internacional dos governos estaduais fronteiriços da Amazônia**. Brasília: UNB/UFRR/FLACSO, 2011.
- HOCKING, B. “Regionalismo: uma perspectiva das relações internacionais”. In: VIGEVANI, Tullo *et al* (orgs). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Editora da UNESP; 2004.
- JARQUE, C. M.; ORTIZ, M. S.; QUENAN, C. (eds). **América Latina y la Diplomacia de Cumbres**. Ciudad de Mexico: Herprymber, 2009.
- LESSA, J. V. S. **A paradiplomacia e os aspectos legais dos compromissos internacionais celebrados por governos não centrais**. Dissertação de mestrado. Brasília: Instituto Rio Branco, 2002.

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

PRADO, D. F. B. “Os governos locais como atores nas relações internacionais: a atuação via rede de cidades”. **Anais do VI Congresso do Fomercio**. Aracaju: FOMERCO, 2007.

PRETO, A. F. **O Conceito de Diplomacia Presidencial: O papel da Presidência da República na formulação de política externa**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2006.

SANTOS, A. F. P. S. **Paradiplomacia eclesiástica e internacionalização de redes evangélicas brasileiras na América do Sul**. Relatório parcial de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2013.

SARFATI, G. **Manual de diplomacia corporativa: A construção das relações internacionais da empresa**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

SENHORAS, E. M. **A Construção da América do Sul nas Relações Internacionais: Da Fragmentação Colonial ao Espaço Regional Transnacional da União Sul-Americana**. Boa Vista: EdUFRR, 2009.

SENHORAS, E. M.; MOREIRA, F. A.; VITTE, C. C. S. “A Geografia da Paradiplomacia Subnacional na América do Sul. **Revista Scripta Nova**, vol. 12, n. 266, 2008.

STEGE, U. **Corporate Diplomacy: the strategy for a volatile, fragmented business enviroment**. West Sussex: John Wiley & Sons, 2003.

VIGEVANI, T *et al.* **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

YAHN FILHO, A. G. “A inserção internacional de Campinas: aspectos conceituais”. **Revista Perspectivas**, n. 30, 2006.